



Atena
Editora

Ano 2021

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora

Ano 2021

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tesccarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde 2 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-263-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.637210707>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou permite a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Psicologia: Trabalho e Sociedade, Cultura e Saúde*, reúne em seu segundo volume, vinte artigos que abordam diversas temáticas no que diz respeito às questões fundamentais da Psicologia na contemporaneidade.

A psicologia enquanto ciência retoma muitas iniciativas tanto da filosofia quanto da fisiologia, que desde a antiguidade tenta se ocupar, com reservas, das tramas, conflitos, funcionamento e atitudes internas e “mentais” do homem. Nessa veia, os laboratórios germânicos surgem para descrever e tabular esses comportamentos internos do homem e tornar explícitos os mecanismos que levam ao funcionamento mais íntimo da vida humana.

No entanto, a psicologia enquanto profissão gasta ainda um tempo para se lançar tímida ao mundo. Apesar dos laboratórios, dos testes franceses iniciados por Janet e outros, é possível marcar o início da profissão do psicólogo na virada do século XIX, nos Estados Unidos.

Mas vale lembrar que a profissão em torno da Psicologia, não se limitou apenas aos atos clínicos. Da criação de testes, ao estudo laboratorial do comportamento humano, uma infinidade de novas práticas se somaram para compor o cenário único do universo psicológico.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PANDEMIA DO MEDO E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE MENTAL

Caroline Silva de Araujo Lima
Camila Frazão Tolentino
Melany Marques Beserra
Cahina Rebouças Duarte Camacho
Amanda Luzia Moreira Souza
Gabriela Cecília Moreira Souza
Gabriel Jessé Moreira Souza
Maria Gabriela Teles de Moraes
Crincia Amorim Melo Alencar
Dágyla Maisa Matos Reis
Alberto Mariano Gusmão Tolentino Junior
Jair Gomes Tolentino
Ana Flávia Miranda Reis
Nathane Barbosa Xavier

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107071>

CAPÍTULO 2..... 10

OS EFEITOS DA PANDEMIA E AS MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO ALIMENTAR

Marita Pereira Penariol
Izadora Oliveira Felez
Jaqueline Fernandes Carneiro
Karoline Dick
Ketlin Fernanda Lazzarotto
Letícia Costa Molinari
Maria Angelica Stimer
Mariana Becker Domingues
Sabrina Thais de Rosso Foltz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107072>

CAPÍTULO 3..... 21

AÇÕES DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS) DURANTE A PANDEMIA DO SARS-CoV-2 COM FOCO NA SAÚDE MENTAL

Ana Isabela Almeida Egídio
Keila Marine Pedrosa dos Santos
Bruno Martins Borges
Calíope Pilger
Ana Carolina Scarpel Moncaio
Jalusa Andréia Storch Díaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107073>

CAPÍTULO 4..... 28

A DELIMITAÇÃO DOS CORPOS E DOS ESPAÇOS COMO FORMA DE DOMÍNIO: A GENERALIZAÇÃO DA DOENÇA MENTAL COMO SINÔNIMO DE INCAPACIDADE

LABORAL

Renata Botelho Dutra
Danutta Ribeiro Bueno de Araujo
Thalyta Carla Fernandes Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107074>

CAPÍTULO 5..... 40

AS EXTENUANTES JORNADA DE TRABALHO DA MULHER MODERNA E AS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE MENTAL

Elaine Barreto Correia Garcia
Lucimara Sousa dos Santos
Vitória Demarque Medeiros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107075>

CAPÍTULO 6..... 48

DESAFIOS DOS GESTORES PÚBLICOS E SOFRIMENTO: UMA REVISÃO DOS ARTIGOS DE 5 EDIÇÕES DO ENAPG

Michelle de Andrade Souza Diniz Salles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107076>

CAPÍTULO 7..... 65

TRABALHO: O QUE É? O QUE É? UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA CATEGORIA TRABALHO

Rita de Cássia Gomes da Silva
Álvaro Itaúna Schalcher Pereira
Francisco Adelson Alves Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107077>

CAPÍTULO 8..... 83

PEDA(LAÇO): UMA INTERVENÇÃO PELA MOBILIDADE CONSCIENTE E PELA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Amanda Luiza Weiler Pasini
Ana Cristina Nascimento Goulart
Júlia Sitya Padoin
Juliana Lamana Guma
Luiza Moscato Soares
Natália Noal Nascimento
Telma Garcez Leal
Caroline Lúcia Cantarelli Rohde

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107078>

CAPÍTULO 9..... 90

POTENCIALIDADES DA PSICOLOGIA EM SAÚDE COLETIVA: UM CAMINHO TRILHADO A PARTIR DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Dávila Natanny Machado
Israel Coutinho Sampaio Lima
Sofia Dionizio Santos

Gerardo Teixeira Azevedo Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6372107079>

CAPÍTULO 10..... 103

ANÁLISE METODOLÓGICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL SOBRE A ANSIEDADE SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Renato Américo Dantas Camilo de Souza

Jonathan Bento Cavalcanti

Edwirde Luiz Silva Camêlo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070710>

CAPÍTULO 11 115

A PRÁTICA ESPORTIVA NA UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS

Alan Gabriel Ribeiro da Silva

Angelo Maurício de Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070711>

CAPÍTULO 12..... 125

CONTRIBUIÇÃO DA CINOTERAPIA PARA PSICOTERAPIA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Gládys Tinoco Corrêa

Matheus Neves Araujo

Clara Hévila Lima Lourenço

Déborah Braga Costa

Jousiane de Almeida Pereira

Rita de Cássia Ellen Silva Serra

Tácila Feitosa Fonteles

Laís Nunes Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070712>

CAPÍTULO 13..... 136

LUTO PERINATAL: OS DANOS PSICOLÓGICOS CAUSADOS PELAS PERDAS GESTACIONAL E NEONATAL

Larissa da Silva Santos

Rodrigo Almeida Damasceno

Ruth Raquel Soares de Farias

Sara Cavalcanti Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070713>

CAPÍTULO 14..... 149

PSICOLOGIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DO DIREITO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO INFANTOJUVENIL

Antonio Elieser Sousa Alencar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070714>

CAPÍTULO 15..... 163

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA JURÍDICA NOS PROCESSOS JUDICIAIS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Francisca Moraes da Silveira

Anna Beatriz Silva Castro

Evilly da Luz Barbosa

Victória Amorim da Silva

Vitória Luiza Silva Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070715>

CAPÍTULO 16..... 175

PSICOSES, FAMÍLIA E ARTE: MEIOS PARA PSICOEDUCAÇÃO DE FAMILIARES PELA ARTE

Brendha Leandro dos Santos

Allan Alves Nogueira

Carla de Meis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070716>

CAPÍTULO 17..... 191

RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE PSICODIAGNÓSTICO FRENTE À QUEIXA DE DEPRESSÃO

Ana Raquel Gomes Ferreira

Mara Eduarda Sousa de Alencar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070717>

CAPÍTULO 18..... 199

RELAÇÃO PSICOTERAPÊUTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dalva Adriana Grade

Chancarlyne Vivian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070718>

CAPÍTULO 19..... 213

UM OLHAR PERANTE A ALMA

Daniel Docasar

Alexandre Docasar Serafino Silva

Daurema Conceição Docasar Serafino Silva

George Vladimir dos Santos Lima

Renata Mendes Barboza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070719>

CAPÍTULO 20..... 221

PRÁTICAS CULTURAIS E COMPORTAMENTO VERBAL: PROPOSTAS CONCEITUAIS E POSSÍVEIS APLICAÇÕES

Samuel de Araujo Fonseca

Louanne Emanuelle Rufino de Almeida

Dyego de Carvalho Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63721070720>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	233
ÍNDICE REMISSIVO.....	234

CAPÍTULO 4

A DELIMITAÇÃO DOS CORPOS E DOS ESPAÇOS COMO FORMA DE DOMÍNIO: A GENERALIZAÇÃO DA DOENÇA MENTAL COMO SINÔNIMO DE INCAPACIDADE LABORAL

Data de aceite: 01/07/2021

Renata Botelho Dutra

Universidade Federal de Goiás – UAECSA
Goiás-GO
Lattes: ID Lattes: 6422004145050067

Danutta Ribeiro Bueno de Araujo

Universidade Federal de Goiás – UAECSA
Goiás-GO
Lattes: ID Lattes: 2534812353902339

Thalyta Carla Fernandes Alves

Universidade Federal de Goiás – UAECSA
Goiás-GO
Lattes: ID Lattes: 4984881679403399

RESUMO: O presente artigo busca dialogar sobre a loucura enquanto generalização de doenças mentais que atingem milhares de pessoas no mundo, bem como o reflexo do estigma nos âmbitos laboral, social e jurídico negando-lhes direitos constitucionalmente garantidos pela Constituição Federal indo na contra mão da democracia. Serão abordadas algumas doenças mentais e o estigma de incapacitação e seus reflexos na vida contemporânea. Para tanto utilizou-se do método de revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Loucura, doenças mentais, estigma, direitos constitucionais, democracia.

THE DELIMITATION OF BODIES AND SPACES AS A FORM OF DOMAIN: THE GENERALIZATION OF MENTAL ILLNESS AS A SYNONYM FOR WORK DISABILITY

ABSTRACT: The presente article aims to discuss madness as a generalization of mental illnesses that affect thousands of people around the world, as well as the reflection of stigma in the labor, social and legal spheres, denying them rights constitutionally guaranteed by the Federal Constitution, going against democracy. Some mental illnesses and the stigma of incapacitation and its effects on contemporary life will be addressed. For this purpose, the literature review method was used.

KEYWORDS: Madness, mental illness, stigma, constitutional rights, democracy.

1 | INTRODUÇÃO

Abordar a questão da saúde mental na atualidade talvez seja um dos temas de maior relevância tendo em vista vários aspectos que tem contribuído não só para o elevado e crescente número de casos nas diversas classes sociais e faixas etárias.

O avanço tecnológico, a fragilidade das relações sociais contemporâneas, o excesso ou a falta de trabalho, a velocidade na evolução social entre outros fatores, bem como a constante necessidade de adaptação do comportamento humano em nome da “sobrevivência”, tem sido causas disruptivas de equilíbrio e, muitas vezes, o gatilho pra evolução de doenças mentais

como a depressão, por exemplo. Tal situação viu-se ainda mais agravada a partir do ano de 2020 com início da pandemia de Covid-19 onde o mundo viu-se forçado a readaptar-se e reinventar-se de todas as maneiras.

O medo, a solidão, as incertezas trazidas pela pandemia e o isolamento levaram a uma alta de transtornos mentais que vão desde depressão, ansiedade, transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas e transtornos de humor. Não obstante as adversidades impostas e a dificuldade de acesso à tratamentos psiquiátricos ou terapêuticos, o estigma da “loucura” assombra e exclui. E talvez aqui repouse o maior problema tendo em vista a resistência na busca por tratamentos psicológicos e psiquiátricos que visem aliviar desde sintomas de ansiedade à transtornos mais graves por medo da rotulação de loucos. Faz-se necessário a normalização do sofrimento mental e sua busca por tratamento, bem como a garantia real de acesso a todos que dele necessitem.

21 DA LOUCURA EM FOUCAULT À CONTEMPORANEIDADE: O ESTIGMA EM FOCO

Na perspectiva de Michel Foucault (1972), a história tradicional das ciências foi construída a partir de uma visão evolucionista e cumulativa do conhecimento onde o saber se distanciava do erro e da ignorância, e aproximando-se da verdade através de uma lógica progressiva.

Foucault fugindo da tendência tradicional propõe uma forma de pesquisa da história das ciências em que o estudo se formula para além do seu conteúdo estrito. Nesse sentido, leva-se em consideração a maneira como se produz determinado conhecimento científico não sendo relevante o modo pelo qual os humanos se aproximam da verdade, mas sim, quais são as regras de produção do discurso verdadeiro em uma determinada formação social.

Assim, em *História da Loucura: Na Idade Clássica* (1972) Foucault, não pretende demonstrar como os homens identificaram a loucura ao longo dos tempos, ele busca entender como determinadas sociedades constroem regras discursivas que criam verdades sobre a loucura.

Ao longo da obra, fica demonstrado pelo autor que a loucura não é um objeto natural, o homem fez surgir a loucura e o louco. A loucura nunca esteve em um lugar de espera pelo descobrimento é, na realidade, uma invenção humana. Para melhor compreensão da conceituação de loucura como uma criação, vejamos o exemplo:

Exemplo insólito: se um homem, vivendo em uma ilha deserta desde sua infância, um belo dia manifestasse qualquer sintoma de psicose, tal qual uma alucinação, seria ele um louco? Talvez sim, quando piratas o encontrassem e observassem seu comportamento. Mas e se a ilha fosse o único lugar habitado na terra, e ele o único ser humano? A alucinação não seria algo tão real quanto a audição, a visão ou o olfato? Seria então ele um louco, sem outros seres para objetivá-lo como tal, rotulá-lo como tal ou mesmo vê-lo como

tal? A alucinação não passaria a ser algo constitutivo da própria conceituação do que é ser humano? (PROVIDELLO, 2013, p. 1519)

Quer isso significar que a identificação da loucura só existe por meio de regras da verdade estabelecidas por determinada sociedade sobre aquilo que é *normal* e o que não é. A loucura não é uma verdade já existente em si, mas, tem-se que, ao longo do desenvolvimento e das rupturas históricas, foi constituída enquanto objeto.

Na Idade Média, e depois no Renascimento, observa-se a loucura no horizonte social como um fato estético ou cotidiano; depois, no século XVII – a partir da internação – a loucura atravessa um período de silêncio, de exclusão. Ela perdeu essa função de manifestação, de revelação que ela tinha na época de Shakespeare e de Cervantes (FOUCAULT, 2006, p.163)

Se na Idade Média o louco tinha ambiência no meio social, notado por externar a experiência humana de forma extravagante num viés de revelação, no século XVII, com o movimento da internação, a concepção se modifica ao ponto que os loucos, sem nenhuma atribuição médica, passam a ser agrupados e isolados do convívio social. Foucault acrescenta ainda que numa das casas de internamento da Alemanha renascentista “tinham sido abertas janelas gradeadas que permitiam observar, do lado de fora, os loucos que lá estavam” (1972, p.146) e que, em 1815, num hospital de Londres exibiam-se os loucos furiosos em troca de pagamento, o que era bem rentável já que eram estimadas 96.000 visitas por ano.

Isso se entrelaça ao fato de que, em razão do reajustamento ético, a loucura foi absorvida numa massa indistinta composta por diversas experiências, como a libertinagem e a profanação, que tinham em comum a definição de desrazão e o desatino.

Foucault define a internação como um grande golpe de força vivido na Era Clássica, que gerou à experiência da loucura, outrora livre na Renascença, uma redução ao silêncio e à exclusão.

Se o louco aparecia de modo familiar na paisagem humana da Idade Média, era como que vindo de um outro mundo. Agora, ele vai destacar-se sobre um fundo formado por um problema de “polícia”, referente à ordem dos indivíduos na cidade. Outrora ele era acolhido porque vinha de outro lugar; agora, será excluído porque vem daqui mesmo, e porque seu lugar é entre os pobres, os miseráveis, os vagabundos. A hospitalidade que o acolhe se tornará, num novo equívoco, a medida de saneamento que o põe fora do caminho. De fato, ele continua a vagar, porém não mais no caminho de uma estranha peregrinação: ele perturba a ordem do espaço social. (FOUCAULT, 1972, p. 72)

Com a criação dos hospitais gerais e das casas de correção, houve um movimento intenso de internação extremamente ligado à questão moral. Acontece que, nesse momento, a loucura se apresenta como um problema social moral, emparelhada à pobreza, ao ócio, à inaptidão ao trabalho e a ausência de obra e, portanto, há a introdução dos loucos nos

lugares de exclusão junto a diversas outras figuras *marginalizadas*. Desta feita, “o Hospital Geral não é um estabelecimento médico. É antes uma estrutura semijurídica, uma espécie de entidade administrativa que, ao lado dos poderes já constituídos, e além dos tribunais, decide, julga e executa.” (FOUCAULT, 1972, p. 57)

A internação em nada tinha a ver com a cura, mas destinava-se a corrigir e a retirar da sociedade aquilo que era considerado estranho, insano e oriundo da desrazão. Com o banimento, a linguagem da loucura passa a ser o silêncio. Considerava-se que tudo que poderia surgir do louco nada mais era do que delírios incompatíveis com a noção de razão ocidental

Somente no século XIX, no início da psiquiatria, aconteceu a criação dos asilos para os alienados, onde os loucos passaram a ter um tratamento específico. Com efeito, a loucura transfigurou-se em doença mental, deixa de ser uma questão moral e social, e passa a ser uma questão médica. Apesar disso, o louco permanece fadado ao silêncio e à exclusão, só que agora sob o domínio da medicina.

Dutra e Britto (2019), afirmam que “ao longo da história quando se falava na loucura, imediatamente nos vem lembranças de casos espetaculares e extremos, pois são as coisas extremas e sensacionais as que chamam a atenção. Ao passar dos séculos, a loucura foi transformada em doença mental muito mais a partir das práticas e discursos sociais, quando se observava as dimensões do comportamento humano inapropriado, do que da própria ciência”. Tal pensamento coaduna com a fala de Foucault ao diz:

quis o destino, infelizmente, que as coisas fossem mais complicadas. E, de um modo geral, que a história da loucura não pudesse servir, em caso algum, como justificativa e ciência auxiliar na patologia das doenças mentais. A loucura, do devir de sua realidade histórica, torna possível, em um dado momento, um conhecimento da alienação num estilo de positividade que a delimita como doença mental, mas não é este conhecimento que forma a verdade desta história, animando-a secretamente desde sua origem. (2008, p.19)

Conclui-se, portanto, que a loucura era o mal menor e que, ainda hoje, é engolido pelo preconceito e intolerância à diferença, à individualidade de cada ser humano.

31 A DELIMITAÇÃO DOS CORPOS E DOS ESPAÇOS COMO FORMA DE DOMÍNIO

Conforme demonstrado no item anterior, observa-se que tanto na Era Clássica, quanto no século XIX, a loucura é usada como justificativa para a exclusão. Isso nos leva ao fato de que o poder presente nas instituições totais, para além de limitar, define quem somos. Somente quem domina, ou seja, aquele que possui o atributo da razão, tem a capacidade de construir o discurso da verdade sobre o conceito social de normalidade e da loucura.

O manicômio para o louco é um lugar de contenção, assim como o presídio é para o

negro e o lar para a mulher. Notadamente, os espaços sociais são controlados pela lógica de centro *versus* periferia e sujeitos de direito *versus* sujeitos de não direitos.

O sistema de circulação das sociedades se tornou, intencionalmente, engendrado para que o associal, como visto na obra de Foucault, fosse designado às margens das cidades, detido por muros, usurpado de sua liberdade física e de pensamento. A contenção do louco o impediu de escrever o seu próprio destino e falar a verdade sobre si mesmo.

Foucault (1972, p.28) ao falar sobre o privilégio absoluta da loucura que reina sobre tudo o que há de mau no homem, igualmente questiona se esta não reina indiretamente sobre todo o bem que ele possa fazer. O fato é que a exclusão da loucura, agora vista como doença mental, e seu distanciamento dos “sãos” nada mais é do que o reforço da dominação sobre os corpos e a limitação do lugar que cada indivíduo deve ocupar numa formação social. É mais simples retirar do horizonte social aquilo que é desagradável à vista, numa ideia de higienização, do que formular uma sociedade que comporta toda a complexidade da experiência humana.

Goffman (2015, p.24) ao tratar das instituições totais aborda o rebaixamento, degradações, humilhações e profanações do “eu”. Desta feita, “criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica de controle.”

Tal estratégia de controle pode ser observada nas relações sociais, jurídicas, trabalhistas, pessoais bastando para tanto que haja quem esteja na condição de detentor do poder e quem esteja na condição de subordinado decorrendo daí a aceitação da violência simbólica a qual Bourdieu assim denomina: “a violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer” (Bourdieu, 1996, p. 16). O autor completa em obra mais recente dizendo que a violência simbólica ou dominação simbólica são formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais e que o Estado é quem detém a posse do monopólio da violência física e simbólica. (2012, p. 239; 15)

4 | SAÚDE E DOENÇA MENTAL

Para a Organização Mundial da Saúde- OMS, o termo saúde mental refere-se a um bem-estar no qual o indivíduo desenvolve suas habilidades pessoais, consegue lidar com os estresses da vida, trabalha de forma produtiva e encontra-se apto a dar sua contribuição para sua comunidade. Em contrapartida deduz que a doença mental seria a incapacidade do indivíduo de lidar com os estressores e adaptar-se ao novo tornando-o improdutivo. Nessa perspectiva, Goffman (2015, p. 112) afirma que a “interpretação psiquiátrica de uma pessoa só se torna significativa na medida em que esse interpretação

altera seu destino social”.

Coleman traz a questão da normalidade/anormalidade para a capacidade de êxito de ajustamento dos indivíduos ao que ele denomina distribuição normal, ou seja, quase todas as pessoas se agrupam em torno de um ponto central ou médio e as restantes se espalham pelas duas extremidades. Afirma que “se tanto o comportamento normal quanto o anormal forem considerados como *tentativas individuais de ajustamento a situações de vida*, com diferentes métodos e graus de êxito, é possível descobrir os princípios dinâmicos fundamentais do comportamento que se aplicam tanto ao normal quanto ao anormal, por mais estranho que este possa parecer” (1973, p.15)

Importante esclarecer que o conceito de doença mental no sistema legal relaciona-se à restrição civil. Barlow e Durand (2015/2016) afirmam que “*Doença mental*” é um conceito jurídico, que significa graves perturbações emocionais ou do pensamento que afetam negativamente a saúde e a segurança de um indivíduo (p. 595, itálicos no original). Os autores afirmam que existe ambiguidades sobre o que constitui uma condição mental e quais são os efeitos adversos dessa condição. O DSM-5 esclarece que as decisões diagnósticas requerem o exercício do julgamento clínico do profissional que confere o diagnóstico com base nas normas e valores culturais, sociais e familiares. Quanto a utilização do uso forense, os diagnósticos “podem auxiliar os detentores do poder de decisão no âmbito legal em suas deliberações” (DSM-5, p. 25).

Importante questão relacionada às doenças mentais repousa no fato de que quando não são de origem orgânica, não são possíveis de serem diagnosticadas por meio de exames de imagens ou laboratoriais. Os diagnósticos se dão de forma subjetiva, por meio de observação de sintomas que se encontram catalogados no DSM-V e, isso faz com que, muitas vezes, sejam observados laudos falhos ou imprecisos tendo em vista que os sintomas se baseiam em comportamentos e estes podem ser simulados conforme já demonstrado em estudo realizado por Rosenhan (1973) onde empiricamente questionou o diagnóstico aferido por profissionais de saúde mental

Dutra e Britto (2019) esclarecem o estudo realizado:

Rosenhan (1973) solicitou a oito pessoas (quatro psicólogos, um psiquiatra, um pediatra, um pintor e uma dona de casa) para se apresentarem a diferentes hospitais psiquiátricos localizados em cinco estados com a queixa de “ouvir vozes”. Indagados sobre as vozes, as pessoas responderam que elas não eram claras, mas se referiam a algo vazio “empty”, buraco “hollow” e pancada “thud”. As outras informações dadas eram verdadeiras e todos foram admitidos e diagnosticados como esquizofrênicos.

Uma vez admitidos, os pseudopacientes cessaram de simular os sintomas e comportaram-se normalmente. Ainda que os outros pacientes os reconhecessem, a equipe dos hospitais não questionou as internações, ao contrário, o comportar-se de modo adequando nas enfermarias foi considerado como evidência da necessidade de continuarem internados, mesmo com os esforços dos pseudopacientes para convencer a equipe que não havia nada de errado com eles.

Mesmo assim, permaneceram na instituição pelo período de sete a cinquenta e dois dias e receberam, ao todo, duas mil e cem pílulas de medicamentos. Quando de alta, receberam o diagnóstico de esquizofrenia em remissão. No entanto, houve intensas reações da comunidade psiquiátrica a primeira fase do estudo, inclusive afirmando que não era tão fácil internar pseudopacientes, alegando que haveria alguma coisa errada com o sistema diagnóstico daqueles hospitais.

Para a segunda fase do experimento, Rosenhan (1973) usou um hospital referência em ensino e pesquisa, cuja equipe já conhecia os resultados da fase inicial. Em comum acordo, estabeleceu-se que durante um período de três meses, um ou mais pseudopacientes tentariam ser admitidos e a equipe tentaria classificar cada paciente que chegasse a instituição quanto à probabilidade de ser um impostor. De 193 pacientes, 41 foram considerados impostores e outros 42 foram considerados suspeitos. Todavia, Rosenhan não enviou nenhum pseudopaciente e os considerados suspeitos ou impostores pela equipe do hospital eram pacientes comuns.

Igualmente, Szasz (1980) mostra-se insatisfeito com os fundamentos médicos e com as descrições conceituais da psiquiatria. Esclarece que, embora tais fundamentos não tenham origem recente, pouco se fez para esclarecer o problema. Ao contrário, no contexto psiquiátrico, é quase indelicado perguntar o que é uma doença mental. Em outros contextos, a doença mental é, com frequência, considerada o que quer que os psiquiatras digam que ela seja. Desse modo, a resposta à pergunta quem é mentalmente doente responde-se que são aquelas pessoas que estão internadas em hospitais psiquiátricos ou que consultam psiquiatras (Szasz, 1980).

5 | DEPRESSÃO E SÍNDROME DE BURNOUT: A DOENÇA MENTAL E A (IN) CAPACIDADE LABORATIVA

De acordo com o relatório mundial da saúde estimava-se que no ano de 2002, cerca de 450 milhões de pessoas sofressem de perturbações mentais ou neurobiológicas ou, então, de problemas psicossociais, como os relacionados com o abuso de álcool e de drogas. O relatório chamava atenção para o sofrimento e a dor em silêncio, além da falta de cuidados, do estigma, da vergonha, da exclusão e da morte.

A depressão grave é atualmente a principal causa de incapacitação em todo o mundo e ocupa o quarto lugar entre as dez principais causas de patologia, a nível mundial. Considerada a número um entre as das doenças psiquiátricas mais incapacitantes do mundo, a depressão atinge mais de 300 milhões de pessoas. Ou seja, 4% da população global. O transtorno é caracterizado pelo sentimento de tristeza profunda, intensa e prolongada, sem causa aparente ou desproporcional ao acontecimento. Além disso, o transtorno também é reconhecido pelo desinteresse por atividades que antes proporcionavam alegria ou prazer. Em todo o globo, 70 milhões de pessoas sofrem de dependência do álcool. Cerca de 50 milhões têm epilepsia; outros 24 milhões, esquizofrenia. Um milhão de pessoas cometem anualmente suicídio. Entre 10 e 20 milhões tentam suicidar-se.

Ainda com relação ao campo laboral, temos a síndrome de Burnout que passará a partir de janeiro de 2022 a compor o rol de doenças do CID-11. Segundo a International Stress Management Association (Isma), 30% dos 100 milhões de trabalhadores brasileiros padecem da Síndrome de Burnout que tem sido apontada como uma das doenças psiquiátricas mais incapacitantes da atualidade.

A referida síndrome, trata-se de um transtorno mental de caráter depressivo caracterizado pelo esgotamento físico e mental intenso diretamente ligados à atuação profissional, que provocam estresse excessivo e sintomas como nervosismo, tonturas, sofrimento psicológico, dores de cabeça, alterações no apetite, no sono, necessidade de isolamento social e sentimento de desesperança e fracasso. Profissionais das áreas da saúde e educação são os que mais padecem necessitando de tratamento com uso de antidepressivos combinados com sessões de psicoterapia. Desde 2012 há um alerta da Organização Mundial da Saúde – OMS para casos relacionados a problemas de saúde mental resultantes do trabalho. Neste alerta também são indicadas diversas ações paliativas para tornarem-se parte do cotidiano de empresas de médio e grande porte.

De acordo com a Previdência Social, em 2016 mais de 75 mil trabalhadores foram afastados do trabalho por conta de quadros depressivos. No entanto, o Brasil tem cerca de 11,5 milhões de pessoas com a doença e já é o campeão de casos na América Latina.

Com o advento da pandemia de Covid-19, verificou-se um aumento vertiginoso de casos relacionados à síndrome de Burnout em profissionais de saúde que se viram exaustivamente cobrados nas demandas por salvar vidas, bem como na classe dos trabalhadores da educação que subitamente tiveram que adaptar-se ao sistema de remoto de educação.

Na área de saúde, de acordo com a ISMA- International Stress Management Association, houve um aumento de 660% no afastamento de enfermeiros em abril de 2020 significando um salto de 158 para 12.003.

Para os trabalhadores da educação, além de problemas como falta de estrutura, falta de habilidade para manejo de novas tecnologias e consequente aumento da carga horaria laboral associados ao stress, ao medo da doença e incertezas diante do cenário econômico, tem levado inúmeros profissionais aos consultórios médicos e terapêuticos, quando não, ao afastamento de suas atividades para tratamento ou, até mesmo, aposentadoria.

De acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS, a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez devido a transtornos mentais em 2020 aumentou em 20,6% em relação ao ano anterior. Foram 291,3 mil concessões no ano passado, contra 241,4 em 2019, o que se justifica exatamente por conta da pandemia que estamos vivendo há mais de um ano.

6 I REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em primeiro lugar, falar de luta antimanicomial aduz automaticamente ao direito à saúde. Isto porque o manicômio foi criado, teoricamente, como uma instituição destinada ao tratamento a doenças mentais e de apoio a pessoas em total vulnerabilidade, uma vez que os que estão sob sofrimento mental requerem cuidados específicos e um apoio integral. Logo, falar sobre saúde mental é sempre entrar no campo do direito das previsões legais que tratam sobre o tema.

Neste contexto, a Constituição Federal prevê o direito à saúde, segundo o artigo 196, em que está especificado da seguinte maneira: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Assim, é normativamente previsto que a saúde mental esteja incluída nos programas governamentais de saúde. Dessa forma, não basta apenas que seja garantido o acesso a políticas públicas, mas deve-se tornar o quanto for possível a criação de estratégias nacionais que reduzam os agravos da doença e, que sejam disponibilizados de maneira igual, os serviços de saúde. Esta responsabilidade se dá também na medida em que o texto legal prevê como uma política econômica, ou seja, é uma prioridade de destinação do dinheiro público.

Ao tratar deste tema na Lei Máxima, o legislador atribuiu também aos juristas e doutrinadores jurídicos a incumbência de debater sobre este tema, uma vez que é uma responsabilidade comum a luta para que o Estado Democrático de Direito seja sempre preservado e a democracia garantida. Assim, para além dos profissionais da saúde, também é de comum competência aos pesquisadores em direito tratarem sobre este tema que tanto deixou marcas na história do Brasil e que é sempre retomado quando políticas extremistas passam a ser adotadas pelos governantes, pois quando há crises sociais, os direitos das minorias e dos vulneráveis são tratados como disponíveis. Portanto, todas as vezes que o direito das pessoas sob sofrimento mental for questionado se faz necessário rever se o sistema está cumprindo com a disposição democrática, ou se está oprimindo os vulneráveis.

No mesmo âmbito dos dispositivos legais é necessário tratar a respeito da Lei 10.216 de 6 de abril de 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial a saúde mental. O seu artigo 4º trata exatamente no sentido de que a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. Além disso, esta lei previne que o direito e a proteção dos acometidos pelos transtornos mentais serão assegurados a todos, de forma indiscriminada e é responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais. Por isso, toda e qualquer disposição no

sentido do tratamento destas pessoas deverão seguir este modelo legal e o contrário disso representará ilegalidade.

A história brasileira possui um triste capítulo no que se refere às instituições manicomiais, como pode ser claramente ilustrado através do Hospital Colônia em Barbacena-MG, que fechou no final da década de 1980, sendo um projeto de hospital psiquiátrico que pelo modelo manicomial acabou se tornando um verdadeiro matadouro. Para que esta forma de tratamento ostensivo e que suprime os direitos básicos fosse combatida, se requereu passos lentos respaldados pela reforma psiquiátrica e pela luta antimanicomial. Luta esta que se iniciou exatamente por se constatar que os resultados obtidos em manicômios eram assustadoramente menos animadores do que os tratamentos que preservam as liberdades individuais, a sociabilidade e os direitos humanos básicos. Com isso, é controverso firmar-se na ideia de humanização dos manicômios, pois é impossível haver humanidade em um ambiente estruturado pela retirada de direitos, refletindo condições sanitárias insalubres, falta de acesso à justiça, maus-tratos, superlotação, torturas físicas e psicológicas, impedimento do vínculo com a sociedade e com familiares, falta de funcionários, bem como sua baixa preparação e qualificação.

Todavia, para que haja o desestímulo da manutenção de instituições no modelo manicomial, é necessário que o governo crie mecanismos e estratégias que as substituam de forma eficiente. Assim, se há serviços disponíveis de forma ampla e irrestrita que sejam mais benéficos para a saúde mental, não haverá sequer a possibilidade de retomada destes manicômios. Para isso, se faz necessário que sejam estimulados tratamentos integrais, que respeitem estas pessoas enquanto sujeitos de direito, proporcionando não apenas medicamentos na dose correta, mas um pleno acompanhamento regular composto de equipe multidisciplinar para o indivíduo e sua família, que também necessita aprender a forma correta de lidar com as situações de crise, bem como estar preparada psicologicamente para entender este sujeito em toda sua singularidade. O que a medicina moderna demonstra é exatamente que a companhia da família e o meio social são fundamentais para um tratamento bem-sucedido, uma vez que, parafraseando o célebre Aristóteles, o homem é um animal social e, por isso, necessita estar em companhia e pertencer a uma coletividade para evoluir, desenvolver suas habilidades e estimular seus sentimentos. Ademais, apesar de estarem sob sofrimento mental, não deixam de ser protegidos como qualquer outro homem e mulher por via constitucional e não podem ser isolados, medicados com doses excessivas e cuidados por profissionais, tantas vezes, mal preparados. Quando assim forem destratados, estaremos diante de uma antidemocracia.

7 | CONCLUSÃO

Com o estado pandêmico ocasionado pela expansão mundial da Covid-19, a saúde mental se tornou um dos, se não o principal, tópico abordado popularmente, representando

uma novidade no mundo moderno. Isto porque a loucura enseja estigma e exclusão secularmente documentadas em livros ou expressada na forma de poemas como um dos assuntos mais assustadores do convívio social remetendo à ideia do pior que o ser humano pode representar e, conseqüentemente, dando espaço a todo tipo de delimitação dos corpos de quem estava sob vulnerabilidade.

Embora a saúde mental diga respeito ao bem-estar físico e mental dos indivíduos diante do conjunto de suas responsabilidades e atribuições sociais, há muito tempo grande parte da sociedade encontra-se sob efeito de algum tipo de sofrimento mental, exatamente porque a dinamicidade da atualidade requer, tantas vezes, mais adaptação e disponibilidade do que se pode proporcionar ocasionando o surgimento de transtornos decorrentes do esgotamento físico e emocional associados a quadros depressivos.

Desta feita, torna-se cada vez mais necessário que esse assunto seja debatido por juristas e profissionais da saúde, no intuito de fortalecer, propor e cobrar soluções por meio de políticas públicas e estratégias governamentais para o apoio imediato de quem está sob sofrimento mental, garantindo e reafirmando o Estado Democrático de Direito.

Por fim, Gabriel García Márquez deixou a seguinte frase: Nenhum louco é louco para quem entende suas razões. Assim, que sejamos sensíveis não só às dores físicas, mas principalmente às mentais que assolam assustadoramente grande parte da nossa população.

REFERÊNCIAS

Associação Americana de Psiquiatria. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (5a edição). Tradução de M. I. C. Nascimento, P. H. Machado, R. M. Garcez, R. Pizzato, & S. M. M. Rosa. Porto Alegre: ARTMED. (Trabalho original publicado em 2013). 2014.

Barlow, D. H., & Durand, V. M. (2015). **Psicopatologia: Uma abordagem integrada**. (7a ed). São Paulo: Cengage Learning. (Trabalho original publicado em 2012).

BAURU. **Carta de Bauru – 30 Anos**, Bauru- SP, 2017. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CARTA-DE-BAURU-30-ANOS.pdf>> Acesso em 05. abr. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Nota Técnica nº 11/2019**. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <<https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>> Acesso em. 05. abr. 2021.

COLEMAN, E., COLGAN, P. e GOOREN, L. **Male cross-gender behavior in Myanmar (Burma): a description of the acault**. Archives of sexual behavior, 21(3), 313-321.

CORREIA, Ludmila Cerqueira; PASSOS, Rachel Gouveia (Org.). **Dimensão jurídico-política da Reforma Psiquiátrica brasileira: limites e possibilidades**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. p. 79-107.

DUTRA, Renata Botelho; BRITTO, Ilma A. G. S. **Vencendo os estigmas, humanizando o sistema e modificando comportamentos: O PAILI e as medidas de segurança**. Palestra apresentada no evento Memórias da Loucura II. Instituto Nise da Silveira- Rio de Janeiro, 2019.

FIGUEIREDO, Cecília. **Governo Bolsonaro incentiva eletrochoques e propõe a volta dos manicômios**. Brasil de Fato, Brasília, 08 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/08/governo-bolsonaro-incentiva-eletrochoques-e-propoe-a-volta-dos-manicomios>> Acesso em. 05. abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva. 1972; 2008.

FOUCAULT, Michel. Loucura, literatura, sociedade. In: Motta, Manoel Barbosa (Org.). **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p.232-258. 2006.

GIMENES, Erick. **Cortes em programas de saúde mental reacendem lógica de manicômios, diz pesquisadora**. Brasil de Fato, Brasília, 07 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/07/cortes-em-programas-de-saude-mental-reacendem-logica-de-manicomios-diz-pesquisadora>> Acesso em. 05.abr. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**.- São Pulo: Perspectiva, 2015.

International Stress Management Association- ISMA . Estamos todos exaustos. Disponível em: < <https://www.ismabrasil.com.br/noticia/estamos-todos-exaustos-revista-viva-saude>>. Acesso em 01.05.2021

MORAES, Mônica Candida Lugão; VIEIRA, Carolina de Souza. **Saúde Mental na Atualidade: A possível retomada dos manicômios**. Revista Valore, v. 4 (Edição Especial), Volta Redonda, 2019.

Olhar Jurídico. **Benefícios do INSS por transtornos mentais aumentaram 20% em 2020, afirma desembargadora**. Sexta-feira, 04 de junho de 2021. Disponível em: < <https://www.olharjuridico.com.br/noticias/exibir.asp?id=46048¬icia=beneficios-do-inss-por-transtornos-mentais-aumentaram-20-em-2020-afirma-desembargadora&edicao=1>> Acesso em: 30.5.2021

OMS- The World Health Report 2001. **Mental Health: New Understanding, New Hope**.Copyright Direcção-Geral da Saúde, 2002.

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. **A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1515-1529.

Rosenhan. David. **On Being Sane in Insane Places**. Professional Psychology: Research and Practice, 32(2), 215–216

Szasz, Thomas. **The myth of mental illness** .American Psychology, 1960. 15, 113-118.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem centrada na pessoa 199, 200, 201, 202, 204, 210, 211, 212

Adoecimento 6, 40, 49, 53, 60, 65, 66, 71, 80, 82, 110, 215, 220

Alienação parental 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Alma 70, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Análise do comportamento 112, 123, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

Atenção primária à saúde 8, 90, 91, 92, 95, 100, 102, 182

Avaliação psicológica 172, 191, 192, 194, 196, 197, 198

C

Capitalismo 65, 69, 75, 166

Cinoterapia 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Comportamento alimentar 10, 11, 13, 14, 15, 18

Comportamento verbal 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231

Compulsão alimentar 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Contexto histórico 67, 149

Corpo 16, 17, 42, 46, 54, 69, 70, 87, 140, 141, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Covid-19 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 35, 37, 72, 73, 85, 86, 159, 204, 208, 221, 222, 228, 229, 230, 231, 232

Criminalização 163, 165, 168, 169, 172, 174

D

Democracia 4, 6, 8, 28, 36

Depressão 2, 5, 14, 15, 26, 29, 34, 40, 45, 53, 119, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 143, 156, 172, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Direitos constitucionais 28

Doenças mentais 28, 31, 33, 36, 128

E

Educação 11, 12, 16, 18, 21, 23, 24, 35, 42, 44, 65, 66, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 91, 101, 102, 108, 123, 124, 134, 161, 175, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 198, 227, 233

Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG 48, 49

Escuta qualificada 136, 149

Espaços públicos 84, 85, 89

Espiritualidade 213, 214

Esportes 115, 117

Estigma 28, 29, 34, 38, 176, 180

Estratégia saúde da família 90, 91, 92, 96, 100, 101

G

Gestão pública 48, 60, 62, 63

H

Habilidades sociais 104, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

I

Idosos institucionalizados 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134

Indivíduos 9, 15, 30, 33, 38, 44, 73, 84, 104, 108, 116, 129, 152, 164, 180, 192, 194, 196, 218, 223, 225, 227, 228, 229

Infantojuvenil 149, 150, 157

Intervenção familiar 175, 178, 179, 181, 182, 184, 185

J

Judicialização 163, 165, 170, 171, 172, 174

L

Labor 28, 65, 66, 68, 69

Leis 42, 52, 63, 89, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 222

Loucura 28, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 63, 79

M

Maternidade 136, 138, 140, 142, 144, 147, 148

Mobilidade urbana 83, 84, 85, 86, 88, 89

Mulheres 15, 21, 24, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 104, 137, 140, 145, 147, 148, 152, 166, 193

N

Nutrição 11, 16, 19

O

Ontológico 65, 76, 77, 78

P

Pandemia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 35, 72, 73, 74, 78, 85, 86, 204, 208, 221, 228, 229, 231, 232

Práticas culturais 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232

Práticas Integrativas e Complementares (PICS) 21, 22, 23, 25, 27

Processo psicoterapêutico 199, 208

Psicodiagnóstico 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Psicologia 9, 2, 8, 11, 16, 20, 21, 39, 41, 43, 46, 63, 64, 67, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 108, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 123, 124, 131, 133, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 204, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 231, 232, 233

Psicopatologia 38, 53, 63, 79, 103, 147, 188, 197, 198

Psicossocial 7, 9, 23, 93, 95, 97, 98, 100, 101, 149, 151, 152, 153, 155, 157, 159, 161, 172, 177, 179, 183, 185

Q

Qualidade de vida 49, 64, 87, 88, 104, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 141, 159, 180, 182, 218

R

Relação psicoterapêutica 199, 208, 210

Relações 28, 32, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 67, 70, 71, 74, 77, 85, 88, 89, 98, 101, 111, 113, 115, 120, 121, 124, 128, 130, 140, 144, 150, 151, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 200, 205, 213, 221, 222, 225, 226, 227

Relevância 28, 49, 51, 76, 105, 110, 123, 127, 129, 169, 172, 191, 193, 194, 195, 197

Revisão sistemática 103, 106, 108, 109, 110, 125, 131, 134, 135, 178, 179, 184, 230

S

SARS-CoV-2 10, 11, 12, 21, 22, 23, 26, 231

Saúde coletiva 8, 47, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 123, 161

Saúde mental 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 56, 87, 93, 97, 102, 108, 115, 116, 121, 126, 128, 135, 137, 145, 168, 176, 178, 180, 185, 187, 197

Sofrimento gerencial 48, 49, 57, 61

T

Terapia pela arte 175, 178, 186

Transtorno de ansiedade social 103, 104, 105, 111, 112, 113, 114, 121, 133

Transtornos psicóticos 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Tripla jornada 40, 44, 45

U

Universidade 1, 4, 8, 10, 19, 21, 23, 28, 46, 47, 48, 63, 64, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 101, 103, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 133, 134, 135, 146, 148, 160, 161, 163, 175, 199, 200, 203, 211, 221, 228, 233

V

Violência sexual infantil 149

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)